

BR Towers SPE1 S.A.

**Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR
de 31 de março de 2015**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR	3
Balanço patrimonial	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediária	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
BR Towers SPE1 S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BR Towers SPE1 S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

BR Towers SPE1 S.A.

Balço patrimonial em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2015	31/12/2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.667	31.016	Fornecedores		529	842
Contas a receber de clientes	5	9.868	10.042	Impostos a recolher		642	1.357
Impostos a recuperar		<u>1.043</u>	<u>868</u>	Empréstimos e financiamentos	8	21.451	19.293
Total do ativo circulante		<u>54.578</u>	<u>41.926</u>	Contas a pagar a partes relacionadas	9	6.381	4.738
				Outras contas a pagar		<u>1.705</u>	<u>1.192</u>
				Total do passivo circulante		<u>30.708</u>	<u>27.422</u>
Aplicação financeira em garantia	6	9.656	9.132				
Contas a receber com partes relacionadas	9	7.069	7.069	Empréstimos e financiamentos	8	304.496	298.127
Intangível		23	19	Provisão para desmobilização	10	<u>63.690</u>	<u>61.554</u>
Imobilizado	7	<u>513.154</u>	<u>520.306</u>	Total do passivo não circulante		<u>368.186</u>	<u>359.681</u>
Total do ativo não circulante		<u>529.902</u>	<u>536.526</u>	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		211.369	211.369
				Prejuízos acumulados		<u>(25.783)</u>	<u>(20.020)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>185.586</u>	<u>191.349</u>
Total do ativo		<u><u>584.480</u></u>	<u><u>578.452</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>584.480</u></u>	<u><u>578.452</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações de resultados

Período de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2015	31/03/2014
Receita operacional líquida	13	24.666	17.347
Custo dos serviços de locação	14	<u>(10.550)</u>	<u>(5.886)</u>
Lucro bruto		14.116	11.461
Despesas gerais e administrativas	15	<u>(1.597)</u>	<u>(2.258)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		12.519	9.203
Receitas financeiras	16	1.223	501
Despesas financeiras	16	<u>(19.505)</u>	<u>(12.365)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(18.282)</u>	<u>(11.864)</u>
Prejuízo do período		<u>(5.763)</u>	<u>(2.661)</u>
Prejuízo por ação do período (expresso em R\$ por ação)		(0,02)	(0,01)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		<u>(22,05)</u>	<u>(10,18)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Período de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Prejuízo do período	<u>(5.763)</u>	<u>(2.661)</u>
Total do resultado abrangente do exercício/período	<u><u>(5.763)</u></u>	<u><u>(2.661)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Período de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	<u>211.369</u>	<u>(19.776)</u>	<u>191.593</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(2.661)</u>	<u>(2.661)</u>
Saldos em 31 de março de 2014	<u>211.369</u>	<u>(22.437)</u>	<u>188.932</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2015	<u>211.369</u>	<u>(20.020)</u>	<u>191.349</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(5.763)</u>	<u>(5.763)</u>
Saldos em 31 de março de 2015	<u>211.369</u>	<u>(25.783)</u>	<u>185.586</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(5.763)	(2.661)
Ajustes de		
Depreciação	7.335	4.447
Juros sobre empréstimos e apropriação do custo da dívida	17.324	12.315
Atualização provisão para desmobilização	2.136	-
Rendimento de aplicação financeira de longo prazo	(262)	(551)
	<u>20.770</u>	<u>13.550</u>
Variações no capital circulante		
Variação de ativos		
Contas a receber de clientes	174	239
Impostos a recuperar	(175)	(252)
Outros	-	15
Variação de passivos		
Fornecedores	(313)	(458)
Impostos a recolher	(715)	(15)
Contas a pagar a partes relacionadas	1.643	(169)
Outros	513	24
	<u>21.897</u>	<u>12.934</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>21.897</u>	<u>12.934</u>
Juros pagos	(5.800)	(5.513)
	<u>16.097</u>	<u>7.421</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>16.097</u>	<u>7.421</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira em garantia	(262)	-
Aquisição de intangível	(4)	(17)
Aquisição de imobilizado	(183)	(1.972)
	<u>(449)</u>	<u>(1.989)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(449)</u>	<u>(1.989)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(50.000)
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(2.997)	(1.500)
	<u>(2.997)</u>	<u>(51.500)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(2.997)</u>	<u>(51.500)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.651</u>	<u>(46.068)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>31.016</u>	<u>62.374</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>43.667</u>	<u>16.306</u>
Variação do caixa e equivalentes	<u>12.651</u>	<u>(46.068)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR Towers SPE1 S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Receitas		
Receitas de locações	<u>27.180</u>	<u>21.432</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>3.218</u>	<u>3.546</u>
Valor adicionado bruto	23.962	17.886
Depreciação e amortização	<u>7.335</u>	<u>4.447</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>16.627</u>	<u>13.439</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>1.223</u>	<u>501</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>17.850</u>	<u>13.940</u>
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	1.383	1.784
Impostos, taxas e contribuições federais	2.514	1.982
Despesas administrativas	211	470
Despesas financeiras	19.505	12.365
Prejuízo do período	<u>(5.763)</u>	<u>(2.661)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>17.850</u>	<u>13.940</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediária

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi legalmente constituída em 17 de agosto de 2011, e possui sede na cidade de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

A Companhia é controlada diretamente pela BR Towers S.A. que detém 100% do capital social da Companhia.

Em 27 de setembro de 2012, a Companhia anunciou um investimento de R\$ 502.736 para aquisição de, aproximadamente, duas mil torres de uma operadora de telecomunicações no Brasil, investimento este que foi efetivado em 29 de outubro de 2012.

Em 23 de janeiro de 2013 foi realizada uma reorganização societária resultando na alteração da estrutura organizacional da Companhia. A reestruturação está descrita cronologicamente a seguir:

- A controladora BR Towers S.A. (anteriormente denominada Belmonte Participações S.A.) teve a sua razão social alterada para BRT Holding 1 S.A.
- Na mesma data, a BRT Holding 1 S.A. conferiu a totalidade de sua participação no capital social da Companhia, no capital social da BRT Holding 2 S.A.
- Em ato contínuo, a BRT Holding 2 S.A. conferiu a totalidade da participação no capital social da Companhia, no capital social de uma nova companhia denominada BR Towers S.A.

Alinhado com essa reestruturação, parte substancial das obrigações administrativas e trabalhistas que estavam concentradas na Companhia foram conferidas à controladora direta BR Towers S.A. que absorveu toda a estrutura corporativa, gerindo os gastos mensais e rateando-os proporcionalmente entre as suas subsidiárias operacionais.

Com a reestruturação, a administração define a estrutura societária do Grupo BRT.

Em 29 de outubro de 2013, foi aprovada uma redução de capital de R\$ 50.000 da Companhia. O pagamento foi realizado em 03 de janeiro de 2014. A redução foi feita com os recursos provenientes da 2ª emissão de debentures, conforme descrito no Formulário de Referência (FR), "a destinação dos recursos da emissão foi liquidar antecipadamente a 1ª emissão de debênture da Companhia, compor a garantia de conta reserva e para redução de capital".

Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (Companhia) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 28 de outubro de 2014 e sua efetivação, em 19 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o controle de 100% do capital foi transferido para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda., através da incorporação da BR Towers S.A.

2 Base de preparação

2.1 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Declaração de conformidade

As presentes informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das informações contábeis intermediária foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2015.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediária foram preparadas e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediária estão incluídas a seguir:

- Determinação do arrendamento financeiro operacional.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota 7** - Imobilizado
- **Nota 10** - Provisão para desmobilização

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediária.

3.1 Arrendamentos

Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia não transfere os riscos e benefícios inerentes a propriedade para o arrendatário são classificados como arrendamentos operacional.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Administração da Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que são prontamente convertidos em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e Mensuração*

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de torres de transmissão e *roof tops* para telefonia celular no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.4 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, menos a amortização acumulada, quando aplicável, e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*Impairment*").

Softwares

Os softwares apresentam vida útil de 3 a 5 anos e são amortizados por este mesmo período pelo método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

3.5 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de ativo imobilizado tem vida útil diferente, eles são registrados como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	31/03/2015	31/03/2014
Torres e roof tops	20	25
Computadores e periféricos	5	5
Equipamentos de comunicação	5	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em janeiro de 2015 a Companhia revisou a vida útil do imobilizado sendo que Torres e roof tops possuíam vida média de 25 anos, passando para 20 anos. Em decorrência da revisão da vida útil do ativo imobilizado a despesa de depreciação mensal em 2015 foi de R\$ 2.444, enquanto em 2014 era de R\$ 1.492.

3.6 Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de março de 2015 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

3.9 Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e *roof tops* instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações de desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e *roof tops* no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

A receita de arrendamento é linearizada pelo prazo do contrato de arrendamento.

Em 31 de março de 2015, 85% das receitas da Companhia estavam concentradas em um único cliente.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.13 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediária e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.15 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.16 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediária conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.17 Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

3.18 Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

As decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas nos serviços conjuntos de locação de torres de telecomunicações. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Empresa ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo .

- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012;
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2015	31/12/2014
Bancos	4.964	27
Aplicações financeiras	38.703	30.989
	<u>43.667</u>	<u>31.016</u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada a taxa de 100,34% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias a contar de sua contratação.

5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente a locação de torres e roof tops de telecomunicações para o cliente Vivo S.A., assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação.

Em 31 de março de 2015 o valor das contas a receber era de R\$ 9.868 (R\$ 10.042 em 31 de dezembro de 2014). A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber.

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. Não há valores vencidos em aberto nas contas a receber.

6 Aplicação financeira em garantia

A Companhia efetuou aplicações em Debêntures Compromissadas com remuneração de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras foram efetuadas como depósito caução para garantia da 2ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com as cláusulas de covenants, a Companhia deve manter um saldo mínimo em aplicação financeira até o vencimento das debêntures em 2023. Essa garantia respeita aos covenants da emissão, conforme descrito na Nota 8.

7 Imobilizado

Custo	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	535.556	1.028	-	105	12	536.701
Adições	6.957	(1.028)	8	2	1	5.940
Custo de desmobilização	30.145	-	-	-	-	30.145
Em 31 de dezembro de 2014	572.658	-	8	107	13	572.786
Adições	183	-	-	-	-	183
Em 31 de março de 2015	572.841	-	8	107	13	572.969
Depreciação	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	(34.575)	-	-	(16)	(1)	(34.592)
Adições	(17.872)	-	-	(14)	(2)	(17.888)
Em 31 de dezembro de 2014	(52.447)	-	-	(30)	(3)	(52.480)
Adições	(7.332)	-	-	(3)	-	(7.335)
Em 31 de março de 2015	(59.779)	-	-	(33)	(3)	(59.815)
Valor contábil	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Equipamentos de comunicação	Total
Em 31 de dezembro de 2014	520.211	-	8	77	10	520.306
Em 31 de março de 2015	513.062	-	8	74	10	513.154

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados.

Em janeiro de 2015 a Companhia revisou a vida útil do imobilizado sendo que Torres e roof tops possuíam vida média de 25 anos, passando para 20 anos. Em decorrência da revisão da vida útil do ativo imobilizado a despesa de depreciação mensal em 2015 foi de R\$ 2.444, enquanto em 2014 era de R\$ 1.492.

8 Empréstimos e financiamentos

	31/03/2015	31/12/2014
Financiamentos no circulante	21.451	19.293
Financiamentos no não circulante	304.496	298.127
	<u>325.947</u>	<u>317.420</u>
	31/03/2015	31/12/2014
Movimentação do empréstimo		
Saldo inicial	317.420	305.534
Valor principal - captação	-	-
Amortização de principal	(2.997)	(8.480)
Juros apropriados no período/exercício	17.198	42.273
Pagamento de juros	(5.800)	(22.434)
Apropriação do custo da dívida	126	527
	<u>325.947</u>	<u>317.420</u>
Valor final	<u>325.947</u>	<u>317.420</u>

(a) 1ª emissão de Debentures

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 251.368, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, e vencimento em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 *roof tops* de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. Em 01 de novembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a primeira emissão de debêntures com pagamento total de R\$ 252.975.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.316 foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciar o valor líquido recebido, e no momento da liquidação antecipada, o saldo foi integralmente reconhecido no resultado.

(b) 2ª emissão de Debentures

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, não conversíveis em ações, para distribuição pública, a um custo definido de IPCA + 7,4% a.a., os pagamentos de juros e principal serão realizados trimestralmente, iniciando em 15 de janeiro de 2014 e a última parcela em 15 de outubro de 2023. Esse recurso foi utilizado para a amortização antecipada total da 1ª emissão de debêntures da companhia, para compor a garantia de conta reserva e para redução de capital. São garantias dessa operação: (i) alienação fiduciária de 100% das ações e; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos de crédito da Companhia.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 3.339 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures.

O montante amortizado do custo das transações para o exercício foi de R\$ 126.

Cláusulas contratuais - covenants

As debêntures emitidas possuem cláusulas contratuais de *covenants* que exigem determinadas condições como; não ter 2 *knots* de *downgrade* no *rating* da emissão; apenas distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio quando cumpridas algumas condições estabelecidas na escritura; manter durante a vigência da emissão o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10; não contratar novos financiamentos em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000 e manter o índice de alavancagem acima de 30%.

1 Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	31/03/2015
Fluxo de caixa ajustado	52.464
Caixa inicial s/ conta reserva	31.016
FCO	21.897
FCI	(449)
Dívida onerosa	8.797
Amortização	2.997
Juros pagos	5.800
ICSD	5,96

2 Índice de Alavancagem

	31/03/2015
Capital social	211.369
Ativo total	584.480
Índice de alavancagem	36%

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - *covenants*.

9 Partes relacionadas

	31/03/2015	31/12/2014
Ativo não circulante		
BR Towers S.A (i)	-	5.065
SS BRTW S.A (ii)	423	423
BR Towers 3 S.A (ii)	-	1.581
American Tower do Brasil (iii)	6.646	-
	7.069	7.069
Passivo circulante		
American Tower do Brasil (iii e iv)	5.180	-
SS BRTW S.A (ii)	1.201	1.201
BR Towers 3 S.A (ii)	-	89
BR Towers S.A (iv)	-	3.448
	6.381	4.738

- (i) Em 18 de novembro de 2014 foi firmado um contrato de mútuo com a controlada direta BR Towers S.A no montante de 5.000, com vencimento em 60 dias, remunerado a 100% do CDI. O saldo foi incorporado pela American Tower do Brasil em 31 de dezembro de 2014.
- (ii) O saldo refere-se à venda de ativos entre as empresas do grupo. O saldo da BR Towers 3 S.A foi incorporado pela American Tower do Brasil em 31 de janeiro de 2015.
- (iii) O saldo refere-se aos valores incorporados da BR Towers S.A e BR Towers 3 S.A.
- (iv) O saldo refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber da controladora American Tower do Brasil, por conta de despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.

Com a reestruturação societária e organizacional mencionada na Nota 1, o grupo concentra os custos e despesas denominados “corporativos” na controladora que os repassa para suas controladas.

Em 31 de março 2015 o critério de rateio seguido pelo grupo, foi assim determinado: (i) rateio das despesas operacionais de acordo com o percentual definido pela controladora.

a. Remuneração do pessoal-chave

Pessoal-chave da administração inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração no primeiro trimestre de 2015, paga e rateada pela controladora, no montante de R\$ 43, (R\$272 no primeiro trimestre de 2014).

b. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

10 Provisão para desmobilização

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e *roof tops* estão instalados, prevêm que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

Dessa maneira conforme estabelecido no CPC 27, a Companhia constituiu uma provisão para desmobilização tendo como base as estimativas de custos de desmobilização de torres e roof tops que leva em consideração os estudos realizados por engenheiros da Companhia e especialistas externos e quantidade de torres e *roof tops* em 31 de março de 2015, e que refletem o custo presente da obrigação.

11 Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, de natureza trabalhista, tributária ou cível, que devessem estar registrados ou divulgados nas informações contábeis intermediária encerradas em 31 de março de 2015.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações.

Em 31 de março de 2015 o capital social é de R\$ 211.369 representado por 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Conforme nota 10 (i) o valor da redução do capital social foi pago em janeiro de 2014.

b. Reservas

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. O pagamento de dividendos esta limitado a certas cláusulas contratuais conforme nota 8 b.

13 Receita operacional líquida

	31/03/2015	31/03/2014
Receitas de locação de torres e <i>roof tops</i>	27.180	19.329
Impostos sobre receitas de locação	<u>(2.514)</u>	<u>(1.982)</u>
Receita operacional líquida	<u>24.666</u>	<u>17.347</u>

14 Custos das locações

	31/03/2015	31/03/2014
Encargos de depreciação (Nota 7)	7.332	4.443
Manutenção e aluguel de solo	3.884	3.546
Creditos de impostos sobre depreciação	(666)	-
	<u>10.550</u>	<u>7.989</u>
Custos das locações	<u>10.550</u>	<u>7.989</u>

15 Despesas gerais e administrativas

	31/03/2015	31/03/2014
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	1.103	1.672
Serviços de consultoria	67	202
Despesas com aluguel	103	153
Despesa de benefícios a empregados	280	112
Despesas administrativas	37	59
Serviços jurídicos	-	16
Custos de publicações	4	3
Viagens e estadias	-	21
Despesas tributárias	-	16
Encargos de depreciação e amortização	3	4
	<u>1.597</u>	<u>2.258</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>1.597</u>	<u>2.258</u>

- (i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas da American Tower do Brasil descrito na Nota 9.

16 Resultado financeiro, líquido

	31/03/2015	31/03/2014
Despesas financeiras		
Atualização provisão para desmobilização	(2.136)	-
Juros/custo de captação sobre financiamentos	(5.652)	(5.415)
Variação monetária passiva	(11.546)	(6.772)
Outras	(171)	(178)
	<u>(19.505)</u>	<u>(12.365)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.223	501
	<u>1.223</u>	<u>501</u>
Resultado financeiro Líquido	<u>(18.282)</u>	<u>(11.864)</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 32.365. Em função de incertezas quanto à realização dos créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, a Companhia não registrou os referidos créditos em seu balanço patrimonial.

18 Instrumentos financeiros

a. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

(ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

(iii) *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediária foi:

	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa (a)	43.667	31.016
Contas a receber	9.868	10.042
Total	<u>53.535</u>	<u>41.058</u>

- (a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada a taxa de 100,34% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

2015	Valor Contábil	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	529	529	-	-
Empréstimos e financiamentos	325.947	41.452	259.724	344.140
Outras contas a pagar	1.705	1.705	-	-
2014				
2014	Valor Contábil	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	842	842	-	-
Empréstimos e financiamentos	317.420	38.218	233.598	320.028
Outras contas a pagar	1.192	1.192	-	-

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de alterações da taxa de juros.

Na data das informações contábeis intermediária, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31/03/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras	38.703	30.989
Aplicações financeiras em garantia	9.656	9.132

(vi) Análise de sensibilidade

O montante de R\$ 325.947 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados ao IPCA. A taxa atual do IPCA é 8,13%, a Companhia estima que na ocorrência de um aumento de 25% na referida taxa as despesas com juros teriam um incremento de R\$ 56.819 em relação ao cenário base. Caso o aumento da TJLP for de 50% as despesas de juros teria um incremento de R\$ 63.194 ante ao cenário base.

(vii) Valor justo

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações contábeis intermediária da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

31 de março de 2015				
Descrição	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.964	-	4.964
Aplicações financeiras	-	38.703	-	38.703
Contas a receber de clientes	-	9.868	-	9.868
Ativo não circulante				
Aplicação financeira em garantia	9.656	-	-	9.656
Passivo circulante				
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	6.910	6.910
Empréstimos e financiamentos	-	-	21.451	21.451
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	304.496	304.496
31 de dezembro de 2014				
Descrição	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	27	-	27
Aplicações financeiras	-	30.989	-	30.989
Contas a receber de clientes	-	10.042	-	10.042
Ativo não circulante				
Aplicação financeira em garantia	9.132	-	-	9.132
Passivo circulante				
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	5.580	5.580
Empréstimos e financiamentos	-	-	19.293	19.293
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	298.127	298.127

19 Arrendamento operacional

A Companhia arrenda suas Torres e roof tops sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	2015	2014
Menos de um ano	62.280	57.829
Entre um e cinco anos	390.828	231.318
Mais de cinco anos	222.415	216.861

20 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2015, a cobertura de seguros contra risco operacionais era composta por R\$ 5.193 para danos materiais e lucros cessantes e R\$ 10.000 responsabilidade civil e riscos diversos estava contratada pela controladora.